

TÁTICAS DA ARGUMENTAÇÃO MORAL COMO ELEMENTO PARA UMA FORMAÇÃO ÉTICA: CONFLUÊNCIAS ENTRE CERTEAU E HABERMAS

Vinícius Bozzano Nunes⁶⁰

Resumo

O artigo tem por objetivo apresentar intersecções entre o pensamento de Michel de Certeau e Jürgen Habermas, somando subsídios às discussões sobre a Formação Ética no âmbito escolar. São entretecidas as teorizações desses pensadores, buscando aproximações entre alguns de seus conceitos. Conclui-se que projetos de Formação Ética devam transpor limites da sala de aula e aprofundarem-se no entendimento de ética que trazem em si.

Palavras-chave: Formação Ética; Argumentação Moral; Cotidiano; Táticas; Escola.

Abstract

The paper aims to present intersections between the thought of Michel de Certeau and Jürgen Habermas, adding subsidies to discussions about Ethical Education in the school. Are interwoven theorizations of these thinkers, seeking similarities between some of his concepts. We conclude that projects of Ethical Education should go beyond the limits of the classroom and deepen in the understanding of ethics they bring in itself.

Keywords: Ethical Education; Moral Argumentation; Everyday Life; Tactics; School.

⁶⁰ Mestrando em Educação no PPGedu/UFMT, especialista em Bioética pela UFLA. Áreas de pesquisa: Formação Ética; Psicologia da Moralidade. Professor no IFMS. Contato: vinicius.nunes@ifms.edu.br

Introdução

A Formação Ética no ambiente escolar tem sido tema de estudos e debates no país. As pesquisas, em especial no campo da psicologia da moralidade, indicam a necessidade de que sejam viabilizadas propostas mais consistentes em termos de políticas públicas educacionais para esse tipo específico de formação. Estudos nessa área, em sua quase totalidade, buscam suporte nas pesquisas realizadas por Jean Piaget (1930-1996; 1932-1994) sobre o desenvolvimento do juízo moral na criança. Contudo, fazem avançar essas análises fazendo-as dialogar com os desafios que se apresentam à escola na atualidade⁶¹.

Não obstante, a urgência por respostas à altura para uma possível crise no paradigma ético contemporâneo, têm levado a medidas discutíveis, como por exemplo, a recente aprovação pelo Senado, ao final do ano de 2012, da inclusão das disciplinas “Cidadania, Moral e Ética” e “Ética Social e Política” no currículo da Educação Básica. As críticas a essa ação – não poucas – direcionam-se basicamente ao possível “inchaço”, que decorreria do acréscimo de mais disciplinas a um currículo que já se encontra deveras sobrecarregado. Entretanto, o verdadeiramente questionável não se encontra somente na superficialidade que representa a viabilidade da acomodação dessas unidades curriculares no rol disciplinar ou, ainda, ampliando a perspectiva, o temido risco de que se retomem os pressupostos ideológicos da extinta “Educação Moral e Cívica”⁶². Um debate comprometido encaminha-nos em outras direções que desaguam em questões que parecem mais significativas tanto em profundidade quanto em extensão para a abordagem da Formação Ética na escola.

Nesse sentido, o objetivo do texto ora apresentado é buscar em dois pensadores, Michel de Certeau e Jürgen Habermas, algumas intersecções em suas teorizações que possibilitem avançar na compreensão do conceito de ética. Esse exercício, assim como seus resultados, se tornam importantes na medida em que pretendem servir de subsídio para que se formulem novas propostas de Formação

⁶¹ Destacam-se nesse campo pesquisadores como Yves de La Taille, Maria Suzana de Stefano Menin, Ulisses Ferreira Araújo, Telma Pileggi Vinha, Luciene Regina Paulino Tognetta, entre outros.

⁶² A disciplina Educação Moral e Cívica integrou o currículo brasileiro durante o período da chamada Ditadura Militar. Foi instituída pelo Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que foi revogado em 1993 pela Lei 8.663.

Ética que ultrapassem os limites do transmissionismo das “lições de moral” e supram a lacuna deixada pela extinção da Educação Moral e Cívica – traduzida no evidente *laissez-faire* em termos de valores que hoje vemos na educação (MENIN, 2002).

Assim, as linhas que seguem se constituem em apropriações do pensamento de Michel de Certeau sobre o conceito de cotidiano (e outros que da reflexão sobre ele são desenvolvidos) que, na medida em que o texto é desenvolvido, busca-se entretecer com apontamentos sobre a ética em seu aspecto filosófico. Esse movimento será conduzido com o apoio de escoras estabelecidas sobre a teoria habermasiana de agir comunicativo, que revelam algumas interfaces com o pensamento de Certeau, mais especificamente o expresso em “*A Invenção do Cotidiano – 1. artes de fazer*” (1994), lançado originalmente no Brasil em 1980.

A leitura inicial de alguns dos capítulos da obra de Certeau é capaz de provocar um verdadeiro encantamento. Certeau apresenta uma escrita distinta. Menos por eruditismos ou flertes com a poética que pela inventividade com a qual escolhe palavras e as faz relacionarem-se, seu texto se afasta do empoeirado cartesianismo da literatura científica e provoca o prazer da leitura, sem que para isso abra mão do rigor que hoje delimita o campo das ciências. E a fidelidade a tal rigor, é preciso frisar, não o prende a um pensamento científico tradicional. É no desenferrujar de concepções seculares que o autor nos brinda com novas possibilidades para se compreender o real.

Para além da habilidade na escrita e pensamento, há de se destacar outra característica da obra de Certeau, que é a de visitar diversas áreas do conhecimento. Conhecido por seu eruditismo, Certeau estudou história, filosofia, psicanálise e outros ramos do saber, de forma que quem o lê desfruta de um passeio interdisciplinar. E, por ter em conta o caráter múltiplo e dinâmico conferido a seus escritos, que buscaremos fazê-los dialogar com assuntos próprios ao campo da ética.

Para tal, será percorrido um determinado caminho no intuito de discutir, em um primeiro instante, a importância do cotidiano na obra de Certeau e sua influência nos estudos sobre ética. A seguir, se buscará relacionar esse conceito ao de *mundo da vida*, estando este último explícito na teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas. Diante disso, tendo já alguns pressupostos previamente estabelecidos, adentraremos

uma discussão sobre estratégias e táticas desviacionistas, procurando alicerçar o entendimento de uma Formação Ética vinculada ao contexto e momento da argumentação moral.

Do universalismo ético ao cotidiano

Não de hoje que o pensamento tem se ocupado prioritariamente do estudo dos grandes feitos, das grandes histórias, dos significativos achados, das grandes ideias. As ciências naturais legaram à razão uma sede fundamental por encontrar a essência em tudo, tornando a visão treinada à busca pelo que há de universalizável e absoluto em cada objeto de estudo. Assim também o é quando se volta o foco à parte das ciências humanas e sociais, que no anseio de se tornarem reconhecidas como “*ciência*”, se entregam ao risco de passarem por cima do que no homem há de singular. Se generalizam seus resultados, acabam impondo como hegemônicos valores, crenças, comportamentos que não necessariamente dizem respeito a todo indivíduo.

O antídoto a isto, proposto por Certeau, consiste numa mudança drástica de perspectiva. O olhar científico que defende é o que se inclina para o cotidiano. O pensador vai de encontro ao espírito das políticas culturais francesas vigentes na segunda metade do séc. XX para afirmar que o importante para a instauração de novas políticas culturais não seria conhecer de modo genérico e estatístico que produtos culturais eram mais “consumidos” pela população, ou ainda, quais deles tinham maior circulação entre *as massas*. Mas sim, aprofundar os estudos sobre de que modo os “consumidores” apropriavam-se desses produtos. A atenção deveria estar também direcionada aos diferentes e inumeráveis usos possíveis para um determinado produto imposto. Para justificar seu ponto de partida teórico, realizou pesquisas empíricas e, para dar suporte a tal, forjou uma epistemologia capaz de dar visibilidade às questões contingenciadas pelo *lugar comum*.

O oposto a sua ideia reside no domínio da filosofia enquanto autoridade nos temas da ética, que é bastante marcante desde a antiguidade aos dias de hoje. As mais notáveis, ou pelo menos as mais difundidas teorizações éticas, emergiram do âmbito da filosofia. A partir desse modo específico de se pensar a ética – que podemos situar como iniciado em Sócrates, com seu forte cunho idealista –, é que derivam a maioria

das doutrinas éticas que, camufladas, recicladas ou metamorfoseadas, perduram na contemporaneidade. Tais visões sobre ética produzidas a partir da filosofia tendem a apresentar matizes generalizantes. Entretanto, foi a partir das ideias de Kant que se acentuou na filosofia moral o aspecto universalista. Isso significava que um preceito ético só poderia ser dessa forma entendido na medida em que pudesse se tornar uma máxima de aplicabilidade universal, pensamento que Kant expressou metaforicamente na frase “*O céu estrelado sobre mim, a lei moral dentro de mim*” (KANT, 2004).

Habermas (2003) em uma leitura crítica sobre o papel da filosofia nos diz que ela outorga exclusivamente para si a função de *guardadora de lugar*, exercendo o poder de determinar fronteiras para a ciência, para as artes e, também, para a moral. Pensando sobre de que maneira se tem hegemonicamente refletido a ética a partir dos pressupostos da filosofia – sendo que neles se destaca muito fortemente a voz do universalismo – buscar o lugar do cotidiano nas discussões sobre ética se configura em empreitada bastante desafiadora.

Porém, alguns conceitos são capazes de abrir portas para que percebamos a importância do cotidiano no estudo do comportamento moral. Um exemplo deles está na definição de Adolfo Sánchez Vázquez (2002) para os termos ética e moral. Para ele, a conceituação de ética é mais abrangente do que a que nos fornece a etimologia. Indo além da tradução de seus sentidos em grego ou latim, Vázquez afirma que “*a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade*” (2002, p. 23), o que pode ser representado como uma reflexão sobre o agir moral, uma meta-moral. Por outro lado, o conceito de moral, associado etimologicamente ao *mores*, da língua latina,

[...] é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal. (VÁZQUEZ, 2002, p. 84).

Com isso, conseguimos nos deslocar do lugar comum que a filosofia clássica traçou para a ética e passamos a nos situar em outro patamar. Esse viés de entendimento da ética proposto por Vázquez nos possibilita identificar duas instâncias: uma, a ética propriamente dita, relacionada à reflexão, mais próxima de um

entendimento assumido pelo autor como científico; outra, a instância moral, que diz respeito ao mundo vivido, onde as apropriações diversificadas sobre as normas e valores feitas por cada indivíduo ou grupo, em um ou outro contexto e momento, são imprevisíveis, incalculáveis, não seguem padrões pré-determinados ou cientificamente estabelecidos.

As proposições da ética devem ter o mesmo rigor, a mesma coerência e fundamentação das proposições científicas. Ao contrário, os princípios, as normas ou os juízos de uma moral determinada não apresentam esse caráter. E não somente não têm um caráter científico, mas a experiência histórica moral demonstra como muitas vezes são incompatíveis com os conhecimentos fornecidos pelas ciências naturais e sociais. (VÁZQUEZ, 2002, p. 23)

À ética cabe, logo, a tarefa de refletir sobre o comportamento moral em suas múltiplas possibilidades, não somente no sentido descritivo ou analítico, mas também construtivo e prescritivo. Se entendermos que a perspectiva científica, da qual Vázquez frisa o rigor, pode ser ampliada a partir do pensamento de Certeau, o ínfimo, o insignificante, o invisível, o dissolvido no lugar comum das relações do dia-a-dia entre homens ordinários, ganham vez no rol de objetos da ética. É então no cotidiano que se passa a vislumbrar uma riqueza de possibilidades até então negligenciada por notórios pensadores da moral.

Michel de Certeau não propôs nenhum sistema fechado capaz de servir de “modelo” teórico, mas análises diversificadas capazes de demonstrar que a aparente desordem das palavras e dos atos humanos compõe cenários com profundidade e inteligíveis a observadores interessados. O mundo diário – mundo de profusão de gentes, falas, gestos, movimentos, coisas – abriga táticas do fazer, invenções anônimas, desvios da norma, do instituído, embora sem confronto, mas não menos instituintes. (SOUZA FILHO, 2002, p. 130)

Assim, o pensamento ético, recluso nos domínios da reflexão, não só descritiva, mas inescapavelmente prescritiva, finda por delatar a função política exercida pela filosofia enquanto determinante do comportamento moral desejável como adequado às grandes massas. O cotidiano, assim, se configuraria em espaço de transfiguração, de ressignificação dos valores, de *transvaloração* – em paráfrase à Nietzsche (2009). No cotidiano é que, de forma sutil, mas inventiva (condição *sine qua non* para as lutas dos mais fracos contra o inderrotável), o indivíduo se torna capaz de criar distintas formas de relacionar-se com as normas e regras que, ao mesmo tempo

em que representam o acato, são, essencialmente, subversão, mesmo que sem confronto.

Cotidiano X Mundo da Vida

Jürgen Habermas desenvolve em *“Consciência Moral e Agir Comunicativo”* (2003), uma teoria que integra fundamentos da ação argumentativa – com certa ênfase na linguagem – à preservação do papel da razão enquanto elemento indispensável ao pensamento ético. Dito de outra forma, Habermas propõe uma ética que se apropria da pragmática linguística, entretanto, sem acompanhar os que a levam ao extremo, portanto, sem perder a racionalidade como referência. O filósofo ergue a crítica à deontologia kantiana, desconstruindo aspectos pontuais, e se ampara nos estudos de Jean Piaget e Lawrence Kohlberg sobre o desenvolvimento do juízo moral e os estágios desse desenvolvimento para reconstruir sua perspectiva sobre as relações morais.

Sua crítica ao filósofo racionalista não resulta, porém, na abominação da ideia de universalidade. Habermas desloca essa ideia da posição que ocupa enquanto pré-condição ou requisito cristalizado dentro do contexto da argumentação moral para algo a que se almeje chegar pela via do entendimento mútuo. A universalidade passa a ser um produto esperado, um norte para quem participa de uma situação de argumentação moral. A ação, para ele, teria basicamente duas motivações: uma voltada ao sucesso, ou seja, o *“modelo estratégico da ação”* (HABERMAS, 2003, p. 165) – em que se busca por meio de estratégias o convencimento do(s) interlocutor(es) –, e outra voltada para o entendimento mútuo – em que há a necessidade de especificar condições para que seja possível um acordo ao qual se chega comunicativamente.

A busca por esse entendimento mútuo, enquanto fundamento ético, vem suprir uma lacuna deixada por doutrinas éticas que não consideravam que no contexto e momento da argumentação moral os homens transformam os ditames normativos em outras coisas que não o prescrito pela imperatividade filosófica tradicional, permeada por interesses de ordem política. O cotidiano tem importância reforçada nessa perspectiva no momento em que é nele que se realizam as manifestações argumentativas nas quais se tornam possíveis as ressignificações de valores, ou ainda

os adendos e “poréns” às normas e regras impostas. Ilustra essa colocação o fato de que a complexidade de fatores intervenientes em um julgamento, por exemplo, só pode ser apreendida (com limitações, obviamente) pelos indivíduos que se encontram envolvidos em certa situação argumentativa – para o que a razão serve como instrumento de vigília contra a relativização absoluta.

Essas limitações são parte do plano do mundo da vida, tal qual expõe Habermas, o que se vê de alguma articulado com a ideia de *cotidiano*, explícita em Certeau:

O mundo da vida constitui, pois, o contexto da situação de ação; ao mesmo tempo, ele fornece os recursos para os processos de interpretação com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação de ação (HABERMAS, 2003, p. 167).

Para Habermas, quando em situação de argumentação moral os indivíduos se posicionam como quem tem que se “*entender acerca de algo no mundo*” (ibid.). E para que isso se torne possível, deve ser presumido um conceito formal desse mundo por parte dos protagonistas dos atos de fala. Certeau, por sua vez, destaca os *contextos de uso*, que inserem a ação na relação que têm com as circunstâncias, o que remete à prática da língua, ou seja, “*aos traços que especificam o ato de falar*” (CERTEAU, 1994, p. 96) e que se constituem em seus efeitos.

Entretanto, o mundo objetivo é tão somente uma presunção que serve como sistema de referência para a argumentação moral. Um ponto de partida para o processo de busca pelo entendimento. Nunca uma base sólida e comum a todos sobre a qual comportamentos morais são dissecados ao fio de princípios éticos inalteráveis. É nesse mundo da vida em que lateja o cotidiano que é possível manifestarem-se operações sub-reptícias, pequenas resistências em relação à norma: as táticas desviacionistas.

As táticas do agir comunicativo

O reconhecimento de Habermas da incapacidade de a ética *de gabinete* dar conta das possibilidades do cotidiano em uma argumentação moral e a consequente transferência do poder de decisão moral para a contingência da relação enunciativa

interindividual, desloca os holofotes da mente dos grandes teóricos éticos para o homem comum. Certeau, no segundo capítulo de *Artes de Fazer*, tece uma crítica aos pesquisadores que são absorvidos pela *mercantilização* das instituições científicas e que à medida que adquirem autoridade em suas respectivas áreas de estudo, tornam-se menos competentes naquilo que inicialmente se propuseram a fazer. Em contraponto, estabelece uma analogia com o trabalho com sucata, em que um operário utiliza produtos do processo industrial para com eles fazer algo que foge à lógica comum que rege o uso de determinados materiais, seja no que toca a sua utilidade ou ao lucro que deveria gerar.

Esse tipo de atitude Certeau vem denominar como sendo uma tática desviacionista em relação a algo que no mundo está posto para cumprir outra finalidade:

É preciso portanto especificar esquemas de operações. Como na literatura se podem diferenciar “estilos” ou maneiras de escrever, também se podem distinguir “maneiras de fazer” – de caminhar, ler, produzir, falar, etc. Esses estilos de ação intervêm num campo que os regula num primeiro nível (por exemplo, o sistema da indústria), mas introduzem aí uma maneira de tirar partido dele, que obedece a outras regras e constitui como que um segundo nível imbricado no primeiro (é o que acontece com a “sucata”). (CERTEAU, 1994, p. 91).

O pensador apresenta uma série de situações para ilustrar o quanto isso se constitui em fato, referendando sua teorização. Entre elas, chama a atenção para o exemplo da colonização espanhola ante aos índios da América. Independentemente dos fins buscados pelos colonizadores, os índios subvertiam parcial ou completamente todo o sistema de práticas, representações e leis que lhes eram impostos forçosamente ou através do artifício da sedução.

Eles metaforizavam a ordem dominante: faziam-na funcionar em outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam e que os assimilava exteriormente. Modificavam-no sem deixa-lo. Procedimentos de consumo conservavam a sua diferença no próprio espaço organizado pelo ocupante (CERTEAU, 1994, p. 95).

Refletindo sobre pesquisas que se dedicam a analisar os bens culturais, Certeau propõe que as questões até então comumente lançadas cedam espaço para outras novas perguntas. No caso dos estudos que analisam quais imagens a televisão difunde ou, ainda, quanto tempo o expectador permanece exposto a elas, coloca que é

primaz considerar questões mais profundas, como “o que é que o consumidor fabrica com essas imagens e durante essas horas”. (ibid. p. 93). Ou ainda, quando se compra um jornal, “o que é que eles ‘absorvem’, recebem e pagam? O que fazem com isso?” (ibid.).

O consumo se coloca como um dos temas centrais na teoria cereteuniana. O discurso comum de que o que disseminam as *elites que produzem linguagem* seja algo passivamente absorvido pelas massas consumidoras dessa cultura se dissolve no entendimento de que esses produtos não são assimilados cartesianamente, ou seja, “*existe um distanciamento mais ou menos grande do uso que faz deles*” . (CERTEAU, 1994, p. 95). A não uniformidade na ocorrência do consumo o transforma, então, em rica fonte de interpretação.

Essa relação entre produção e usos possíveis para tais produtos representa, analogamente, uma relação de poder entre dominantes e dominados. Não uma relação estática, mas sim dinâmica e difícil de apreender por métodos científicos tradicionais. Isso porque são de característica complexa. E essa complexidade se dá por meio de dois modos de ação descritos por Certeau como estratégias e táticas. Sobre o primeiro conceito, Certeau entende que

A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.) Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. (ibid., p. 99).

O poder, acima elencado, se instaura a partir da demarcação de um lugar segundo o qual se pode definir, a partir do que é, o não-ser, ou o não-pertencer. A demarcação desse lugar também permite estabelecer as bases para as ações futuras, ou seja, um encadeamento expansivo das ações de poder que objetivam intensificá-lo e disseminá-lo em seu aspecto dominante. O poder, nesse sentido, não é somente uma habilidade em “*transformar as incertezas da história em espaços legíveis*” (ibid., p. 100), o que o caracteriza como consequência da instauração do saber. É ele também o que determina e sustenta a capacidade de conquista de um lugar, ou seja, é requisito para o saber, antecedendo-o.

O próprio é o marco que delimita as fronteiras entre o forte e o fraco, o uso das estratégias ou das táticas. Em Certeau vemos que a tática é *“a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”* (1994, p. 100). A ausência desse próprio implica a quem se situa fora dele o jogo com condições que não são as suas. É necessário, portanto, se organizar conforme as imposições de uma força que é estranha. A arte do fraco, como define, em suma, a tática, traz como forte característica o uso da astúcia. Resume essa ideia da seguinte forma: *“Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia. Traduzindo: tanto mais se torna tática”*. (ibid., p. 101). Dessa forma, uma explicitação mais completa sobre as táticas é nos dada pelo próprio Michel de Certeau, que diz:

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc. (1994, p. 102).

A determinação dos valores morais cultuáveis ocorre no campo da filosofia desde a Antiguidade Clássica. Sem dúvida que os pensadores da época tinham suas ideias permeadas por interesses aristocráticos. Estes, quando não direcionaram os rumos do pensamento filosófico, acabaram se privilegiando e sendo fortalecidos por esse pensamento. Basta atentar para a ferrenha crítica de Aristóteles aos sofistas, como rememora Certeau em sua obra. Assim também o foi quando do período renascentista, quando Kant emprestou palavras à boca burguesa, teorizando sobre determinado tipo de racionalidade. Filosofia, política e poder se articulam na esfera da ética determinando comportamentos morais desejáveis e, na contemporaneidade, impondo-os por todos os meios. As forças legislativas e coercitivas, a produção acadêmica, a midiaticização etc., transferem a todo instante seus valores enaltecidos como bons, justos, únicos.

O comportamento tático de quem não ocupa o lugar de determinação de artifícios do poder se torna não somente evidente, mas extremamente necessário para a garantia da sobrevivência. O *jeitinho brasileiro* seria uma forma caricata de exemplificar a maneira como em nosso país, em função da sobrevivência, se lança mão

de artifícios para melhor lidar com a condição do não-lugar. O contexto normativo, de aparência inofensiva e despreziosa, é, em sua natureza, um mecanismo de violação e imposição do poder que, tende à perpetuação e intensificação. A solidez do *dever ser* está sempre sendo ressignificada e reinterpretada pelos homens ordinários, sob o aval das pretensões de validade estabelecidas pelos agentes de uma determinada argumentação moral.

A ética, então, também traz em seu bojo a expressão das estratégias e táticas desviacionistas. O contexto da argumentação moral é onde se evidenciam essas expressões. É o lugar do encontro e da tensão entre o exercício do poder e as astúcias. É o lugar a partir do qual se pode inventar a liberdade através da criação de distintas maneiras de lidar com a imposição normativa. Onde as regras sociais passam pela reinterpretação que lhes dá caráter vivo e dinâmico, sem os quais não poderiam ser consideradas um produto essencialmente humano.

Considerações Finais

O itinerário até aqui traçado, que entreteceu as teorizações de Michel de Certeau e Jürgen Habermas, não encerra a questão sobre que entendimento de ética devemos ter em consideração ao formular propostas para a Formação Ética na educação escolar. Entretanto, tal exercício teórico indica ao menos que a questão é mais ampla e complexa do que aparenta *a priori*, de forma que fica evidente a importância de se aprofundarem os debates nessa área. Mas algumas conclusões, de antemão, se tornam possíveis. Uma delas é que pensar a ética a partir desses pressupostos nos faz compreender como incabíveis modelos de Formação Ética que sirvam ao fortalecimento estratégico de regimes de opressão e dominação, tal qual representou, a exemplo, a oferta da “Educação Moral e Cívica” durante os governos militares no Brasil. Também parece pouco adequado um modelo transmissionista, aliado à Formação Ética nos moldes de uma unidade curricular ou disciplina, enquadrado nos limites do que é imposto por forças externas como “ético”, desintegrado do projeto pedagógico da escola de forma mais genérica.

A Formação Ética na escola deve considerar o cotidiano, o mundo da vida, os contextos de argumentação moral, o lugar do próprio, as estratégias do poder e as

táticas desviacionistas. Para tanto, tais projetos devem transpor os limites da sala de aula e se constituírem em práticas integradas que envolvam toda a comunidade escolar e se concretizem em todos os espaços relacionados a essa escola. Essa árdua tarefa pressupõe um compromisso de todos os envolvidos de modo direto e indireto com a educação.

Referências

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- KANT, I. **Crítica da razão prática**. Trad. Rodolfo Schaefer. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MENIN, Maria Suzana de Stefano. Valores na escola. **Educ. Pesqui.** [online], São Paulo, USP, v. 28, n. 1, p. 91-100. jan./jun. 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich W. **A genealogia da moral**. Trad. Antônio Carlos Braga. 3.ed. São Paulo: Editora Escala, 2009.
- PLATÃO. **A República**. Trad. M. H. R. Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- PIAGET, Jean. (1932). **O Juízo Moral na Criança**. 4 ed. São Paulo: Summus, 1994.
- PIAGET, Jean. (1930). Os Procedimentos da Educação Moral. Trad. Maria Suzana de Stefano Menin. In: MACEDO, L. **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 1–36.
- SOUSA FILHO, Alípio. **Michel de Certeau**: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. *Sociabilidades*. São Paulo, v.2, p. 129 - 134, 2002.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Trad. João Dell’Ana. 23 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.